



Número: **0803039-66.2019.8.20.5112**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Apodi**

Última distribuição : **17/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PAULO GOMES DE CARVALHO (AUTOR)		MARIO WILLS MOREIRA MARINHO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (RÉU)		Livia Karina Freitas da Silva (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
61219818	14/10/2020 10:50	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**1ª Vara da Comarca de Apodi**

BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

---

Processo nº: 0803039-66.2019.8.20.5112

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: PAULO GOMES DE CARVALHO

RÉU: SEGURADORA DPVAT

## **SENTENÇA**

### **I - RELATÓRIO.**

#### **Vistos.**

**Paulo Gomes de Carvalho**, já qualificado nos autos, via advogado legalmente constituído, ingressou com **Ação de Cobrança (Seguro DPVAT)**, em desfavor de **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, também qualificada.

Aduz o requerente que sofreu um acidente de trânsito envolvendo veículo automotor. As lesões decorrentes do evento danoso geraram a sua invalidez permanente. O demandante procurou receber a indenização do seguro pela via administrativa, porém, a demandada pagou apenas R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Com base nos fatos narrados, o autor requereu a condenação da parte demandada ao pagamento de indenização por invalidez permanente no valor de R\$ 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).



Devidamente citada, a parte ré alegou invalidade do boletim de ocorrência juntado pelo autor, bem como a ausência de documento essencial à demanda (laudo do IML). Outrossim, aduziu que o pagamento foi devidamente feito de acordo com o grau de invalidez do requerente. Requereu a aplicação da Súmula 474 do STJ que se refere a necessidade da graduação da lesão. Apontou também que, em caso de condenação, os juros moratórios devem incidir a partir da citação e a correção monetária desde a data da propositura da demanda, devendo, ainda, ser abatido valor já pago pela via administrativa. Ao final, pugnou pela improcedência da ação (ID 49682525).

Intimado, o autor apresentou réplica à contestação (ID 49715899).

No ID 54397420, foi acostado aos autos o laudo da perícia realizada.

Intimadas as partes para falarem sobre o laudo pericial, a parte ré apresentou manifestação, requerendo a improcedência do pedido, em razão de inexistir fundamento para a gradação da lesão realizada pelo perito, bem como pela ausência do nexos casual entre a invalidez apontada nos autos e o acidente (60574036). A parte autora não apresentou qualquer manifestação.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

## **II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.**

O presente feito comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC, dado que não há necessidade de produção de outras provas.

De início, é de bom alvitre destacar que o presente feito será analisado à luz da Lei 11.945, de 04 de junho de 2009, que foi precedida da Medida Provisória n.º 451, de 15/12/2008, que alterou a Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, estabelecendo novas regras para a indenização relativa ao seguro DPVAT, admitindo a gradação do valor da indenização, conforme o grau de invalidez e parte do corpo atingida.



*"Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:*

*Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*(...)*

*No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e*

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.*

*§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.*

*§ 3º As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei."*

Assim, não há dúvida de que o valor do seguro obrigatório no caso de invalidez permanente causada por acidente ocorrido após a vigência da Medida Provisória nº 451 (18/12/08), convertida na Lei n.º 11.945/2009 (04/06/09),



seguirá a regra da gradação de valores, a qual será a adotada para a indenização, considerando a natureza dos danos permanentes, consoante tabela que foi acrescentada à Lei nº 6.194/74.

Ressalte-se que os referidos percentuais devem ser calculados sobre o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que o sinistro é posterior à MP nº 340, de 29/12/2006, que foi transformada na Lei nº 11.482/07 (31/05/07), estabelecendo como teto da indenização a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), revogando nesta parte a Lei anterior que fixava a indenização em até 40 (quarenta) salários mínimos.

Convém acrescentar, ainda, que o art. 5º da Lei 6.194/74 dispõe que o pagamento do seguro obrigatório depende apenas da comprovação do acidente e do dano decorrente.

No caso em questão, o autor comprovou, através do boletim de ocorrência (ID 48942545) e do boletim de atendimento de urgência (ID 48942549), que foi vítima de acidente de trânsito, tendo fraturado a região próxima à clavícula/ombro e perna/tornozelo, fato este comprovado durante o curso do processo por meio do Laudo Pericial do NUPEJ (ID 54397420), o qual indicou que o aludido acidente ocasionou invalidez permanente do demandante. Assim, não há negar a existência dos requisitos traçados nos artigos 3º e 5º da Lei 6.194/74. **Com isso, rejeito a alegação da seguradora concernente à ausência de nexo de causalidade, arguida na impugnação do ID 60574036.**

Também, em que pese o requerido ter alegado que o Boletim de Ocorrência constitui prova unilateral, a jurisprudência tem afirmado que o mesmo indica liame verossímil de causalidade entre o acidente e a lesão sofrida pelo segurado, conforme vejamos:

*"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO ANTES DA VIGÊNCIA DA MP N. 451/08. PRETENDIDA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PREVISTA NA LEI N. 6.194/74. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. MAGISTRADO DE ORIGEM QUE ENTENDEU AUSENTE A PROVA DE NEXO CAUSAL ENTRE AS LESÕES DO SEGURADO E O ACIDENTE DE TRÂNSITO. APELO DO AUTOR. MÉRITO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA E LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) JUNTADOS AOS AUTOS QUE INDICAM LIAME VEROSSÍMIL DE*



*CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE E A LESÃO SOFRIDA PELO SEGURADO. RENÚNCIA À DILAÇÃO PROBATÓRIA E PEDIDO EXPRESSO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE QUE NÃO PODEM SERVIR PARA DISPENSAR A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA. PROVA ESSENCIAL, INCLUSIVE, AO DESFECHO DAS QUESTÕES PERIFÉRICAS QUE ENVOLVEM A PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DO APELANTE. IMPERIOSA NECESSIDADE DE PERÍCIA JUDICIAL. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO. "Incorre, portanto, em inegável cerceamento de defesa, a sentença que não acolhe o pedido de complementação da indenização securitária ao argumento de que a autora dispensou expressamente a produção de prova pericial, justo ser impositiva a determinação legal de que a verba será paga de acordo com o grau de invalidez a ser apurado em perícia médica, sem a qual se mostra impossível estimar o valor efetivamente devido pela seguradora" (AC n. 2012.028650-4 de Tijucas, rel.: Des. Eládio Torret Rocha. J. em: 10-4-2014)". (TJ-SC - AC: 20120855385 SC 2012.085538-5 (Acórdão), Relator: Mariano do Nascimento, Data de Julgamento: 19/11/2014, Quarta Câmara de Direito Civil Julgado)*

Assim, é perceptível que o Boletim de Ocorrência é documento importante que não apenas consta alegações unilaterais, mas também representa a atuação da administração pública, possuindo, então, a presunção de legitimidade, a qual não foi impugnada com provas pela parte demandada, de modo que rejeito a sua argumentação.

Quanto à alegação de indispensabilidade do laudo IML, entendo que não seja cabível, uma vez que não seria necessária a juntada do referido documento na peça vestibular, uma vez que tal prova pôde ser produzida o curso da ação por meio de perito designado pelo NUPEJ/TJRN.

Com efeito, o laudo pericial (ID 54397420) indicou a existência de **lesão permanente parcial no membro inferior direito, de forma intensa (75%)**, relacionada à deformidade na região da perna e tornozelo direito. Também, o perito informou a **lesão no ombro direito, de forma média (50%)**.

Com efeito, quanto à intensidade da invalidez do membro inferior direito, é garantido, de acordo com a gradação estabelecida, o percentual de 70% sobre o limite total indenizável de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que corresponde à quantia de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).



Sobre dito valor incide, ainda, o percentual da invalidez constatado pelo perito, que é de 75% (intensa), totalizando o valor de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Em relação à intensidade da invalidez do ombro direito, é garantido, de acordo com a gradação estabelecida, o percentual de 25% sobre o limite total indenizável de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que corresponde à quantia de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Sobre dito valor incide, ainda, o percentual da invalidez constatado pelo perito, que é de 50% (média), totalizando o valor de R\$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Destarte, tendo em vista que ocorreu pagamento administrativo (R\$ 1.687,50), a título de indenização de seguro DPVAT, constata-se que a parte autora faz *jus* ao pagamento do valor de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

A **correção monetária** da indenização de seguro DPVAT, via de regra, é devida a partir da data do sinistro, uma vez que serve para manter a indenização que era devida à época do sinistro atualizada.

Nesse diapasão, a jurisprudência do Colendo STJ assegura que a correção monetária sobre a indenização devida a título de DPVAT deve incidir a partir da data do evento danoso:

*"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. (...) CORREÇÃO MONETÁRIA. INÍCIO. DATA DO ACIDENTE. (...) 4. A correção monetária incide a partir da data do evento danoso. Precedentes". (STJ. AgRg no AREsp 148184 / GO. Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira. Dje 20/05/2013).*

No que toca aos **juros moratórios**, deve-se anotar, que não sendo a seguradora a causadora dos danos que ensejaram o pagamento do seguro, não há falar na aplicação de juros de mora contados desde a data do evento danoso, prevista no enunciado da Súmula nº 54 do STJ, mas, sim, a partir da citação, nos termos da Súmula 426 do STJ, a seguir transcrita: "*Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação*".



### **III - DISPOSITIVO.**

*Ante o exposto*, com fulcro nas razões anteriormente expendidas, **julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido autoral, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, a fim de condenar a parte demandada ao pagamento do valor de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, acrescido de correção monetária (INPC), a incidir desde a data do sinistro (05/05/2019), e juros legais no percentual de 1% ao mês, contados da citação (16/10/2019).

Em razão da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na proporção de 60% (sessenta por cento) para o demandado e 40% (quarenta por cento) para o autor, na forma do art. 86 do CPC/2015. Entretanto, em relação ao promovente, tal condenação ficará com exigibilidade suspensa pelo prazo de 05 (cinco) anos, após o trânsito em julgado, em virtude do deferimento da gratuidade da justiça, e poderão ser executadas nesse período caso deixe de existir a situação de hipossuficiência, conforme preceitua o art. 98, § 3º do CPC.

**Havendo comunicação de depósito judicial, determino à Secretaria a expedição de Alvará para levantamento dos valores depositados em nome da parte promovente, sem necessidade de nova conclusão.**

Nada sendo requerido após decorridos 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, archive-se com baixa.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Apodi/RN, datado eletronicamente.

(Assinado Eletronicamente)

**ANTONIO BORJA DE ALMEIDA JUNIOR**

Juiz de Direito





